



Petroluta

JORNAL DO SINDICATO
DOS TRABALHADORES NO
COMÉRCIO DE MINÉRIOS E
DERIVADOS DE PETRÓLEO
NO ESTADO DE SÃO PAULO

Sede Central
R. Carlos Petri, 261 - Vl. Mariana
São Paulo - SP - Fone/Fax: (11) 5549-1244
e-mail: sipetra@terra.com.br

Subsede Guarulhos
R. José B. de Medeiros, 144
Guarulhos - SP - Fone: (11) 2409-3024
e-mail: sipetra1@terra.com.br

Subsede Jundiaí
Av. Fernando Arens, 901
Vila Arens II - Jundiaí - SP
Fone: (11) 4817-1521

Subsede Osasco
R. Gasparino Lunardi, 314 - Km 18
Osasco - SP - Fone: (11) 3681-7619
e-mail: sipetrolosasco@terra.com.br

Subsede Bauru
Rua Beruh, 4-77
Vila Saabris - Bauru - SP
Fone/Fax: (14) 3232-3260

Subsede Piracicaba
R. Afêres José Caetano, 1944 - Centro
Piracicaba - SP
Fones: (19) 3434-3432 (19) 3434-3834

Subsede Sorocaba
Av. Octávio Augusto Rangel, 1209
Jd. Toledo - Votorantim - SP
Fone: (15) 3247-2852

Nº 168
Setembro 2013

Editorial

Pág. 02

País vencendo os pessimistas

Adeus

Pág. 02

A história de Luis Gushiken

Direitos

Pág. 03

Aposentadoria especial do setor gás

BR

Pág. 03

Empresa decepciona trabalhadores

Participe!

Pág. 04

Palestra com Ladislau Dowbor em Osasco

Terceirização

Pág. 04

CUT cobra fim do PL em Brasília

João Faísca

Pág. 04

Entenda como funciona a desaposentação

Campanha Salarial Sindigás 2013 / 2014

Sindicatos recusam nova proposta patronal



Mobilização dos trabalhadores é fundamental nesse momento

O nosso sindicato, juntamente com a Federação dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo no Estado de São Paulo (Fepetrol) e a Federação Nacional dos Trabalhadores no Comércio de

Minérios e Derivado de Petróleo (Fetramico), e sindicatos filiados, nos dias 16 e 17 setembro, em Salvador-BA, reuniu-se com o Sindigás, sindicato patronal que representa as empresas distribuidora de gás, para renovação da

Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2013/2014, cuja negociação começou em Agosto.

Mas depois de duas rodadas de negociação a proposta apresentada pelo setor patronal é inaceitável. Veja:

- 1) Reajuste Salarial: INPC de 6,07%;
- 2) Pisos Salariais: manter a redação da CCT, com o reajuste pelo INPC de 6,07%, acrescido de 1% de aumento real, que totaliza o reajuste salarial nos pisos de 7,07%;
- 3) Demais itens da CCT: Aplicação do percentual de 6,07%;
- 4) PLR (Participação nos Lucros e Resultados): 140% sobre o salário reajustado, acrescido do adicional de periculosidade;
- 5) Demais cláusulas da CCT: Mantém CCT anterior.

Diante da proposta apresentada, ficou agendada nova reunião de negociação para os dias 3 e 4 de outubro de 2013, em São Paulo.

Na nossa pauta consta 15,31% de reajuste salarial, aplicado sobre o salário base, prêmios, comissões, gratificações de função e demais verbas que integram a remuneração, além de PLR correspondente a 400%, calculado com base na média da remuneração dos últimos 12 meses, a

qual deverá ser corrigida pelo reajuste salarial concedido em 1º de setembro.

Queremos continuar negociando e chegar a um consenso, um resultado que contempla a necessidade básica dos trabalhadores e trabalhadoras que representamos, até porque estudo mostra que, nos últimos anos, a evolução de venda de GLP é positiva.

A questão financeira, porém,

não é a única que preocupa os trabalhadores. As condições de trabalho não são das melhores e precisam ser resolvidas. Por isso, mais do que nunca, é a hora de todos os trabalhadores participarem das atividades e ações junto com o Sindicato.

O momento exige organização e mobilização nos locais de trabalho, para que possamos avançar nas nossas conquistas. A luta continua.



Acompanhe diariamente as principais notícias da categoria! Acesse: www.sipetrol.org.br

Todos os dados apontam para a concretização de um cenário positivo

Paulo Teixeira, deputado federal pelo PT-SP e Guilherme Melo, economista

País vencendo os pessimistas

A divulgação do crescimento de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) no segundo trimestre de 2013, aliado à recente queda da inflação, põe por terra a tese da oposição neoliberal de que o Brasil estaria em estagnação. Ao contrário, todos os dados apontam para a concretização de um cenário positivo, de retomada do crescimento no País com contenção de preços, esta, aliás puxada pelo aumento dos investimentos.

O crescimento observado no segundo trimestre reflete a expansão vigorosa do investimento, resultado do sucesso da política econômica do governo que reduziu os custos de energia elétrica, bem como os custos financeiros e tributários das empresas.

Na comparação internacional, o crescimento do Brasil é um dos melhores do mundo, ficando atrás apenas da Indonésia (2,6%) e China (1,7%). Além disso, a recente queda da inflação revelou que o discurso oposicionista

do “descontrole inflacionário” era falacioso. Foi apenas uma tentativa de atacar o governo da presidente Dilma Rousseff.

A realidade é que a economia brasileira avançou muito desde o governo de Luiz Inácio Lula da Silva e atualmente apresenta sinais inequívocos de crescimento e solidez. Apesar da continuidade da crise internacional, o desempenho econômico do Brasil é positivo: com a retomada do crescimento e a ampliação dos investimentos, o desemprego manteve-se muito baixo. Nes-

te cenário, o salário mínimo continua crescendo e a inflação está dentro das metas do Banco Central (BC).

As novas concessões de infraestrutura e a desvalorização cambial controlada devem criar um cenário ainda melhor para a economia brasileira no ano que vem. Além disso, a ampliação dos investimentos na área social permitirá também que a economia se mantenha na trajetória de crescimento com distribuição de renda iniciada pelo governo do então presidente Lula.



Adeus

Luis Gushiken fez história no movimento sindical

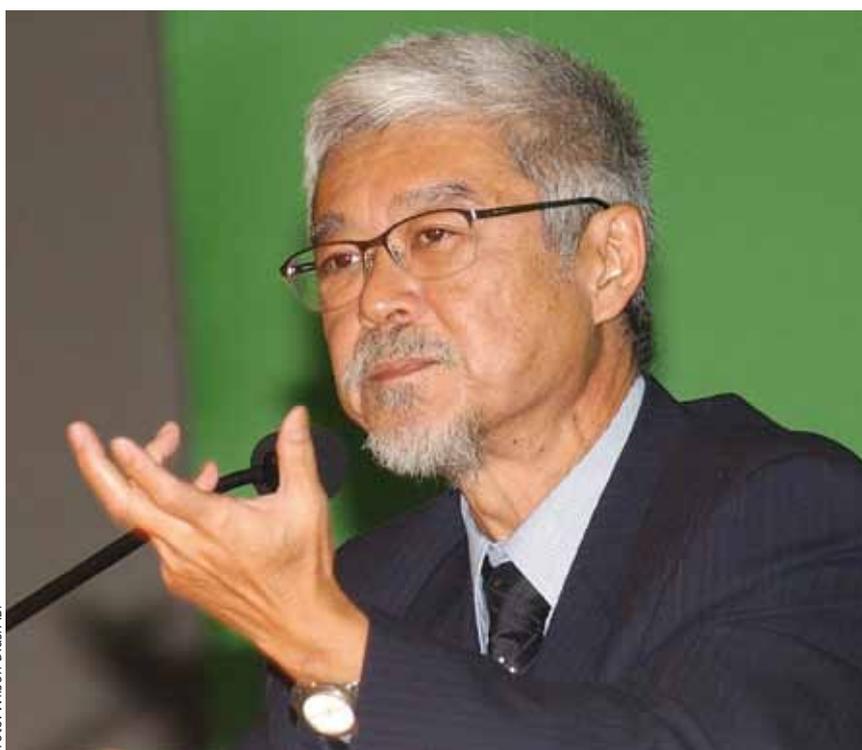


Foto: Wilson Dias/ABr

O corpo do ex-ministro Luiz Gushiken foi enterrado dia 14 de setembro na zona oeste da capital paulista. Ele tinha 63 anos e morreu na noite de sexta-feira, 13, no hospital Sírio-Libanês. Ex-ministro da Secretaria de Comunicação de Governo (Secom) no primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Gushiken fazia tratamento contra câncer de estômago desde 2002. Um dos fundadores do PT, o ex-ministro foi três vezes deputado federal por São Paulo.

Gushiken começou sua militância no movimento sindical. Em meados dos anos 1970, já na capital paulista, iniciou sua militância política na trotskista

Libelu (Liberdade e Luta) com colegas da Fundação Getúlio Vargas. Nesse período passou a integrar grupo de bancários de várias tendências que passaram a compor a oposição à então diretoria do Sindicato. Oposição essa que ganhou identidade com os trabalhadores de bancos públicos e privados a partir da greve de 1978, vencendo, no ano seguinte, a eleição na chamada Retomada.

Na direção da entidade chegou a ser cassado em duas oportunidades, a primeira em 1980, quando foi preso pela ditadura ao lado de outros três dirigentes e, posteriormente, em 1983, quando a entidade passou por intervenção.

Petroluta

Sipetrol Sede: (11) 5549-1244
Email: sipetrol@terra.com.br
Site: www.sipetrol.org.br

Distribuição dirigida e gratuita. Retire o seu Petroluta na sede ou na subsele mais próxima.

Jornal do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo no Estado de São Paulo

Diretor Responsável: José Floriano da Rocha

Jornalista Responsável: Jeferson Martinho - MTB 31886

Redação, Edição e Editoração: Nova Onda Comunicação - F. (11) 3654-4172 - www.novaon.com.br

Aconteceu

Fique por dentro das principais notícias dos fatos que ocorreram durante os meses de agosto e setembro.

Trabalhador volta a ter o direito de largar o batente mais cedo

Até 1995 os trabalhadores do setor gás (GLP) tinham direito de se aposentar com 25 anos de tempo de serviço. Esse direito, porém, deixou de existir após 1995, pelo simples fato de exercer essa função em área de periculosidade.

Desde 28/04/1995 os trabalhadores têm de provar que, no exercício da sua atividade, existe algum fator de risco para ter direito à aposentadoria especial.

A periculosidade o INSS não reconhece mais para fins de aposentadoria, somente a insalubridade.

Provar o risco à saúde (insalubridade) não é tarefa fácil e, por isso, esses trabalhadores não tem conseguido junto ao INSS o direito à aposentadoria especial.

O Sipetrol, preocupado com essa situação, resolveu então buscar par-

ceria com o escritório de advocacia especializado em Direito Previdenciário para viabilizar aos seus associados o acesso à aposentadoria especial.

Segundo o advogado especialista em aposentadoria especial, Dr. Hugo Gonçalves Dias, a vantagem da aposentadoria especial é que o trabalhador tem de comprovar somente 25 anos de tempo de serviço, e não incide o fator previdenciário na apuração do valor da aposentadoria, além de não ter que comprovar idade mínima.

Já para a aposentadoria por tempo de serviço integral o trabalhador precisa comprovar 35 anos de serviço e incide o fator previdenciário na apuração do valor da aposentadoria, o que reduz, e muito, o valor a ser recebido.

Exemplo: valor aposentadoria especial

Trabalhador do setor gás (GLP) com 43 anos de idade e **25 anos de tempo de serviço** e que atualmente esteja recebendo **R\$ 3.000,00** de salário irá aposentar com algo em torno de **R\$ 2.600,00**. O valor do benefício é calculado computando os 80% dos maiores salários recebidos de julho de 1994 até a data do requerimento da aposentadoria.

Exemplo: valor aposentadoria integral

Já um trabalhador com 54 anos de idade e **35 anos de serviço**, e que atualmente esteja recebendo R\$ 2.000,00 de salário, irá aposentar com algo em torno de R\$ 1.100,00, pois no caso da aposentadoria por tempo de contribuição integral incide o fator.

Agora que você já sabe dessa boa notícia, não perca tempo, reúna seus documentos e ligue para 0800 77 45 757 ou procure um diretor da subseção Osasco para agendar um horário.

Petrobras Distribuidora empurra com a barriga pauta dos trabalhadores

No dia 13 de agosto o Sipetrol-SP se reuniu com a Petrobras Distribuidora para a primeira rodada de negociações para a celebração do ACT 2013/14, e, para nosso espanto, os representantes da BR disseram não ter resposta a nenhum dos nossos pleitos. Isso é uma vergonha!

No último encontro quadri-mestral a BR, já de posse de nossa pauta, foi advertida que as entidades sindicais não aceita-

riam esse corpo mole por parte da Cia., e que para os empregados as respostas de nossa pauta é urgente, principalmente em relação aos quatro pontos que consideramos primordiais:

- Cesta básica,
- ATS,
- revisão do plano de cargos,
- reconhecimento dos turnos ininterruptos.

A Cia. tentou empurrar com a barriga nossa pauta de reivindicações, mas os trabalhadores têm

como reverter esse quadro.

Quem planta vento, colhe tempestade!



3ª rodada de negociações com a CPRM sem avanços



Não houve avanços na 3ª rodada de negociações com a CPRM, realizada no dia 19 em Belo Horizonte. A empresa continua mantendo a contraproposta do IPCA e mais nada. Sendo assim, as entidades sindicais mantiveram a pauta de reivindicações e solicitaram uma nova rodada de negociações, cuja data será agendada até o final do mês.

O Sipetrol-SP realizará assembleia informa-

tiva e de mobilização com os companheiros e companheiras da Sureg-SP.

As negociações começaram em julho, em Brasília. infelizmente a pauta que foi entregue à bancada dos trabalhadores não corresponde ao discurso otimista dos dirigentes da empresa, pois não avança em nada em relação às pautas reivindicatórias entregues a mais de dois meses pelas entidades sindicais.

■ Evento

Ladislau Dowbor faz palestra na subsede Osasco

O Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo no Estado de São Paulo (Sipetrol-SP) realiza no próximo dia 27 de setembro, sexta-feira, palestra em Osasco com a presença do professor Ladislau Dowbor.

O evento irá abordar três temas:

- a) As origens das ditaduras militares na América Latina;
- b) Conjuntura política econômica do momento;
- c) Perspectiva da classe trabalhadora a médio e longo prazos.

A palestra começa às 10h30 na subsede do Sipe-
trot em Osasco (rua Gasparino Lunardi, 314, km 18).

Ladislau Dowbor é doutor em Ciências Econômicas pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, professor titu-

lar da PUC de São Paulo e consultor de diversas agências das Nações Unidas. É autor de “Democracia Econômica”, “A Reprodução Social: propostas para uma gestão descentralizada”, “O Mosaico Partido: a economia além das equações”, “Tecnologias do Conhecimento: os De-

safios da Educação”, todos pela editora Vozes, além de “O que Acontece com o Trabalho?” (ed. Senac) e co-organizador da coletânea “Economia Social no Brasil” (ed. Senac). Seus numerosos trabalhos sobre planejamento econômico e social estão disponíveis no site <http://dowbor.org/>.



Palestra:
Dia 27 de setembro, às 10h30, na subsede Osasco

■ PL 4330/2004

Na Câmara, CUT cobra arquivamento do PL da Terceirização

Os poucos trabalhadores que conseguiram ultrapassar um esquema de segurança de dar injeção a qualquer regime ditatorial e tiveram acesso ao plenário da Câmara dos Deputados, cada vez menos a “Casa do Povo”, puderam perceber porque a classe trabalhadora e os juristas são contra e quais razões colocam os empresários a favor do projeto de lei (PL) 4330/2004, que regulamenta a terceirização.

No dia 18 de setembro uma Comissão Geral, espécie de audiência pública, reuniu representantes das centrais

sindicais, empresários e parlamentares para discutir o PL que permite a terceirização em todos os setores das empresas e ameaça os direitos de todos os trabalhadores com carteira assinada.

Logo no início da sua intervenção, o presidente da CUT, Vagner Freitas, destacou a dificuldade que os movimentos sociais tiveram para entrar no Congresso e a necessidade de diminuir a distância entre o Legislativo e as ruas. “Se essa é a Casa do Povo, deveria ser permitido aos trabalhadores que lotassem essas galerias e isso só

comprova a necessidade de fazermos uma reforma política para que também possamos estar aqui e não apenas os empresários.”

Ele rebateu ainda os argumentos dos empregadores, que antecederam sua fala e disseram estar interessados em proteger os terceirizados. “A segurança jurídica que desejam é para precarizar salários e condições de trabalho. É mentiroso dizer que a terceirização é para contratar mão de obra especializada. Se esse PL passar, o trabalhador será demitido e, depois,



Entenda o cálculo na desaposentação



O cálculo para novos benefícios previdenciários, após processo de desaposentação, deve levar em conta os salários de contribuição que se seguiram à primeira aposentadoria.

A desaposentação ocorre quando o beneficiário renuncia à aposentadoria para requerer uma nova, mais vantajosa, conquistada depois de continuar trabalhando e contribuindo com a Previdência. Em maio, o STJ definiu que a desaposentação era possível, mas alguns pontos da decisão suscitaram dúvidas.

Para o INSS, não ficou claro se era preciso usar no cálculo do novo benefício todas as contribuições que se seguiram à primeira aposentadoria ou apenas aquelas posteriores à renúncia à aposentadoria antiga. Ao julgar o recurso, a Primeira Seção definiu pela primeira opção, mais vantajosa para o beneficiário.

Segundo explicou o relator do caso, ministro Herman Benjamin, a lógica do pedido de desaposentação é justamente computar os salários de contribuição posteriores à aposentadoria desfeita no cálculo da nova aposentação. Ele destacou que o entendimento estava subentendido na decisão anterior, que agora fica mais claro.

João Falsca

contratado indiretamente para trabalhar mais e ganhar menos. Também estamos preocupados em garantir direitos aos 13 milhões de terceirizados que os empresários tanto citam, mas esse projeto não trata disso, ao contrário, quer apenas precarizar os outros 48 milhões.”

Segundo Vagner, a Central quer negociar, mas não com essa pro-

posta. “Estamos dispostos a sentar à mesa para estabelecer regras para normatizar, mas desde que retire esse projeto. Colocar o trabalhador para ter uma jornada maior e pagar menos, não tornará o país mais competitivo. Em cada rincão deste país vai ter um militante da CUT organizado para impedir que esse PL avance”, disse.

(Luiz Carvalho/CUT)